

EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO

COUNTRYSIDE EDUCATION

Karla de Freitas Alves Pinto*

Resenha

Carvalho, Carlos Henrique de; Castro, Magali de (Orgs.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: EDUFU, 2014. 260p. (Série “Qual o Conhecimento? Qual educação?” / v. 2).

O livro *Educação Rural e do Campo*, publicado no ano de 2014, tem como organizadores, Carlos Henrique de Carvalho e Magali de Castro. Nesse volume estão reunidos oito estudos oriundos de diferentes instituições, que falam sobre distintos aspectos da educação desde as construções teóricas e as políticas públicas para sua realização, até reflexões sobre as condições reais das práticas educativas na área rural, bem como depoimentos de atores envolvidos na educação rural e do campo. O livro tem como temática principal a educação rural e seu percurso da evolução de seu significado para a concepção social e política mais ampla, da educação do campo, observando e problematizando, fatores que fundamentam diferentes aspectos dessa educação.

No decorrer do texto é feita uma análise do contexto histórico que envolve os movimentos sociais, organizações não governamentais e governamentais, igrejas e universidades, que começam a emergir no final dos anos 80, no intuito de construir uma nova história escolar com os povos que habitam e trabalham no campo.

Os conceitos e princípios da educação do campo se afastam, daqueles de educação rural, no sentido de que aqueles têm como "bandeira de luta" a emancipação, a resistência das populações camponesas, o reconhecimento do

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). E-mail: karlaalvesp@yahoo.com.br

direito de opção de escolha do próprio destino: seja permanecendo no campo, tirando dele seu sustento, seja buscando na cidade a realização, a concretização de seus planos.

A Educação do Campo é colocada não como uma proposta de educação em si, mas sim, um movimento. Um movimento construído "a muitas mãos", que envolvem lutas e representa a resistência dos sujeitos do campo, que têm suas raízes entrelaçadas à cultura campesina e ao trabalho no campo.

O livro aponta um discurso que a escola rural, no Brasil, foi construída tardiamente, e sem o apoio necessário por parte do Estado para que se desenvolvesse. Defendendo a ideia de que o ensino desenvolvido no campo precisa ser revisto, e deve ser coerente com o desenvolvimento do setor rural, levar em conta o "novo rural", como também ter a noção sobre os aspectos rurais "tradicionais" que permanecerem.

O currículo é colocado como importante instrumento utilizado para desenvolver processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados. Na Educação Rural, o currículo oculto coloca o aluno como menos apto, ou seja, "incapaz", e por isso as dinâmicas curriculares tendem a ser inferiorizadas.

Ainda é apresentada uma retomada de investigações relacionadas à Educação Rural e Educação do Campo no Brasil, que ressalta que as fronteiras entre o termo rural e do campo, na educação na prática, são menos visíveis do que aquelas fronteiras estabelecidas pelas discussões políticas e pelos discursos e construções teóricas acerca de uma e de outra educação destacando a importância que carregam os sentidos semânticos e conceituais que embasam os textos analisados.

A concepção de Educação Rural aparece quando há uma referência em uma política educacional preocupada com o desenvolvimento de ações que pudessem superar o atraso presente entre os trabalhadores e moradores do espaço rural, enquanto a Educação do Campo aparece quando o destaque incide sobre a ação dos movimentos sociais, nas suas relações com as dinâmicas sociais, do Campo no final do século XX, com ênfase nos aspectos da identidade e cultura dos segmentos camponeses.

Um marco apontado como processo de preocupação/atenção com a Educação Rural foi o movimento denominado ruralismo pedagógico. Fortalecido a partir de 1930, tal movimento aparece relacionado ao crescente aumento da migração rural-urbana nos anos de 1920, e se volta para o combate ao êxodo rural por meio do ensino ao amor a terra. O estudo aponta um comparativo de práticas escolares orientadas pelos conceitos discutidos em relação à Educação Rural e Educação do Campo.

Tal estudo mostrou uma diferença acentuada das práticas de uma escola e de outra quanto ao desenvolvimento das crianças e o envolvimento das famílias com a escola. Os dados foram reveladores, visto que a escola de um assentamento que passou por lutas para conquista da terra e da escola possui uma formação política sob a bandeira do MST, ao contrário, uma escola municipal, não revelou nenhum envolvimento político em suas práticas sociais. Os dados revelados pela pesquisa mostram que o atendimento prestado pela escola de assentamento se aproxima das especificidades do conceito de Educação do Campo, enquanto se distancia muito do conceito de escola rural, indicando a necessidade de estudos que identifiquem as transformações que estão ocorrendo no mundo rural e o que as escolas vêm passando.

O livro aponta ainda, que mais que uma simples mudança de nomenclatura rural para campo, a expressão Educação do Campo constitui um dos traços marcantes da identidade de um movimento nacional que vem se consolidando na luta por políticas públicas que garantam o direito da população rural a uma educação que seja no e do campo.

Os sujeitos do campo são aqueles que embora tenham sido excluídos e marginalizados pelo processo de modernização da agricultura brasileira, ao contrário da estratégia de êxodo, se aliaram numa resistência no e do Campo. A Educação do Campo, portanto, é um movimento que na afirmação e no diálogo dos seus sujeitos, busca vincular a luta pela educação com o conjunto de lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo, marcadas por uma realidade de violenta desumanização.

É nesse contexto do movimento da Educação do Campo que tem ocorrido, nas últimas décadas, a emergência e/ou multiplicação de diversas

iniciativas educacionais, e a multiplicação das experiências de formação por alternância em nossa sociedade. A alternância é concebida como processo de construção e transmissão de conhecimentos, em uma dinâmica contínua, por meio da relação prática, teoria e prática. Nessa perspectiva sua utilização pressupõe uma formação diferenciada dos sujeitos envolvidos no processo educativo, provocados constantemente pelo formular e experimentar conhecimentos, em um processo permanente de interação ação, reflexão e ação.

A partir de um levantamento bibliográfico sobre Pedagogia da Alternância realizado no início desta década, a autora identificou a existência de poucos trabalhos acadêmicos, sendo a maioria deles voltado apenas para a descrição da trajetória histórica do movimento das *Maisons Familiales Rurales* na França e no Brasil e/ou a divulgação dos princípios teóricos orientadores das experiências brasileiras.

O desafio das experiências analisadas é, portanto, o de construir uma verdadeira alternância, capaz de integrar no processo de formação os conteúdos e vivências dos jovens nos diferentes tempos e espaços alternados. Numa dinâmica capaz de reconhecer as diferenças e os paradoxos presentes no universo dos centros de formação e da realidade de vida das famílias camponesas, visando à implementação de um projeto comum em que o todo seja resultante de algo mais do que a soma das partes.

É abordada também a relação entre público e privado no que tange ao financiamento da educação escolar secundária na cidade de Ituiutaba (MG), nos anos de 1950, buscando como pano de fundo compreender a criação e a manutenção do Educandário Ituiutabano, a partir do concurso de beleza “A rainha do arroz”, que era fonte de financiamento para a construção do edifício dessa escola, bem como para a sua manutenção nos anos iniciais após sua implantação. O paradoxo que se apresenta está no processo de modernização, calcado na acelerada urbanização do município, não sendo acompanhada no mesmo ritmo pela expansão da educação pública.

O texto aponta ainda a década de 50, conhecida por “anos dourados”, foi marcada pela industrialização brasileira, principalmente pelo nacional-

desenvolvimentismo aplicado pelo governo de Juscelino Kubitschek. Muitos setores da sociedade, como empregadores e empregados, militares, sindicalistas, estudantes e mulheres foram atendidos com a política desenvolvimentista destes anos.

Juscelino Kubitschek teve habilidade política de combinar uma forte intervenção estatal com os interesses da indústria nacional privada e o estímulo à entrada do capital estrangeiro. Foi nessa perspectiva que a indústria da beleza começa a operar sobre a subjetividade feminina, lançando padrões de beleza e de estética nos quais os seus produtos eram difundidos e que se expressa no concurso “A rainha do arroz”, na cidade de Ituitaba, para construção e manutenção do Educandário Ituitabano, primeira escola ginásial gratuita da cidade. Conclui os autores que a crescente intervenção do Estado na esfera econômica foi um traço permanente desse governo, apesar de ser quase ausente nas questões educacionais.

Ainda buscou se analisar a permanência de professores em escolas rurais, mesmo após concluírem curso superior. A pesquisa se deu por meio de relatos de professoras de Caratinga (MG), eles buscaram compreender a permanência de quatro professoras que atuam na docência de escolas rurais por mais de uma década, sendo duas pertencentes à rede municipal e duas a rede estadual. Os relatos das professoras foram trabalhados em interlocução com outros campos do conhecimento tendo como base teórica os conceitos de *habitus*, campo e capital cultural, de Pierre Bourdieu.

Os autores colocam que sem dúvida, a permanência nas escolas rurais se deu para aquelas que se mantiveram na zona rural e reproduziram o *habitus* da cultura rural, exceto para uma delas. Portanto, entre outros elementos analisados, a permanência mesmo depois da obtenção de títulos de nível superior tem seu fundamento na incorporação de *habitus* típicos da cultura rural desde a infância, os quais foram se consolidando com o tempo, fazendo com que as professoras desenvolvessem uma proximidade com a cultura e o gosto pelo estilo de vida rural e pelos alunos da roça, apesar dos desafios inerentes à docência na escola rural.

As reflexões apresentadas estão circunscritas a um projeto de pesquisa mais amplo cujo objetivo é documentar, analisar e avaliar criticamente a experiência das primeiras turmas do curso de licenciatura em Educação do Campo em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar diferentes experiências educativas no Ensino Fundamental nos últimos anos e disponibilizou dados sobre a realidade rural em Minas Gerais. Para tanto a autora construiu um panorama da Educação Rural em Minas Gerais no período de 1990 a 2005, a partir da combinação de diferentes estratégias metodológicas: pesquisa bibliográfica, pesquisa censitária e estudo de caso.

Os dados da realidade brasileira vêm aguçar a necessidade de conhecer as práticas de leitura dos licenciados do curso de Licenciaturas em Educação do Campo. Primeiro, no sentido de compreender em que medida tal realidade afeta suas práticas e sua relação com a leitura, visto que a maioria deles mora em regiões desprovidas dos equipamentos que lhes oportunizariam a ampliação de tais vivências. Segundo, porque muitos sujeitos estarão em breve exercendo as atividades de docentes da escola básica no meio rural. Segundo as autoras, Bourdieu, afirma que a apropriação e as preferências de objetos culturais, como livros, quadros e outros estão intrinsecamente relacionados ao capital cultural que o indivíduo possui.

São condicionantes sociais importantes e bastante associados ao nível de instrução, e ao grau de investimento em práticas no seio da educação familiar e escolar. O perfil dos estudantes construído na pesquisa indica que a maioria reside em áreas rurais e que as práticas e o contato com os bens culturais estão circunscritos a esse contexto. É preciso destacar as diferenças significativas entre o rural e o urbano no que tange à existência de laboratórios de informática, computadores, aparelhos eletrônicos e demais recursos, o que afeta diretamente a socialização secundária dos estudantes, que passam a ter acesso a esses equipamentos no momento em que estão dentro do espaço das universidades. Os dados mostrados neste estudo enfatizam mais uma vez a necessidade de políticas públicas, de lazer e de cultura para o campo, para

que moradores tenham direito ao acesso a toda forma de cultura e de conhecimento produzidos pela humanidade.

Os dados ainda mostram que até as duas primeiras décadas do século XX, o processo de industrialização brasileira e a fixação do homem na terra eram objetivo de políticas educacionais, orientadas por concepções teóricas denominadas “ruralismo pedagógico”. Na Era Vargas evidenciaram para o Estado brasileiro a necessidade de uma intervenção no campo como função retificadora das debilidades da economia rural e conseqüentemente, do homem rural, potencialmente transformado em mão de obra migrante carente de qualificação profissional.

Os autores apontam as condições socioeconômicas que motivaram o estado mineiro a patrocinar em parcerias com as classes produtivas, o Congresso Econômico de 1903 e através dele traçar o projeto de desenvolvimento para o Estado. Nesse encontro estiveram reunidos diversos setores produtivos de Minas Gerais, que se uniram em prol do “progresso do estado” e sob o lema da “união na diversidade”. O eixo do programa era a idéia de modernização da agricultura. Tratava de diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café, e de melhorar a qualidade da produção tecnológica.

Contudo, o modelo de escola rural prevalente na história da educação brasileira e, em particular a mineira, constituído quase que em sua maioria, de visões multifacetadas, porém com prevalência de discursos e recomendações que partem do suposto de uma inferiorização social dos trabalhadores rurais, pela diferença cultural, pelo atraso, pela incapacidade e pela sua ignorância. Portanto, a educação no meio rural preconizada tinha a finalidade de civilizar o “matuto” e ao fazê-lo lançar as bases do desenvolvimento econômico mineiro.

De maneira geral o livro suscita diversas reflexões para se pensar a trajetória da educação rural no Brasil, desde as primeiras iniciativas desenvolvidas apresentando as principais políticas e programas educacionais criados, e as mudanças ocorridas nesse processo com vistas a um novo projeto de Educação reivindicado pelos Movimentos Sociais. A Educação do Campo é o resultado das mudanças ocorridas ao longo da histórica de lutas e indignações com as políticas criadas para o campo contrariam as suas

especificidades. Desse modo demonstra o quanto se faz necessário ainda, estudos que viabilizem esse debate.

Recebido em: 28/03/2018

Aprovado em: 08/10/2018

